

Gentrificação estratégica*

Embora Feiras e competições internacionais venham frustrando as expectativas quanto ao público que um evento de tal monta com toda sua parafernália deveria estar atraindo, ou as vantagens econômicas e geopolíticas que daí pudessem derivar, ainda hoje sucessos como o das Olimpíadas em Barcelona, dos Grandes Projetos Parisienses, especialmente na década de 80, ou mesmo do exuberante Museu de Bilbao (que elevou finalmente Gehry aos céus do *star system*) parecem fornecer a receita de uma fórmula mágica de se “fazer” cidades.

Valendo-me de uma expressão de Francesco Indovina – “cidades-ocasionais” –, já tive oportunidade de observar, referindo-me em especial à Expo 98 de Lisboa¹: tanto faz se se trata de Olimpíadas, Copa do mundo, Exposição disso ou daquilo, uma catástrofe natural, 200 anos de Revolução Francesa, 500 anos de descobrimento da América ou do Brasil, ou mesmo um *show-case* como um museu extravagante, o único que importa é saber que milhões de pessoas e metros cúbicos de terra serão movimentados. Desde que implique dispêndios e remunerações à altura, dá no mesmo abrir e fechar buracos de dimensões faraônicas, ou construir pirâmides e outros prismas espectrais em que se cristaliza a imagem mítica do rentável bem estar na ultramodernidade. Como o capitalismo também é uma máquina de gerar insignificância – embora as cifras da exploração não o sejam –, destinada a acumular indefinidamente mais do mesmo, não há paradoxo algum, antes involuntária coerência, num projeto de restauração do sentido original do fazer cidade, movido a “ocasiões” sem significado urbano intrínseco além da equivalência geral das boas oportunidades, em si mesmas indiferentes desde que abram uma porta para a globalização, porta estreita por definição. Esse, sem dúvida, um dos traços do urbanismo dito de última geração: vive-se à espreita de ocasiões... para fazer negócios! Sendo que o que está à venda é um produto inédito: a própria cidade, que para tanto precisa adotar uma política agressiva de *marketing*. Como a própria terminologia corrente já indica, estamos diante de políticas de *image-making*, ou seja, *business-oriented*, mesmo quando se alega (até de boa fé) em conferir visibilidade a indivíduos ou coletividades que aspiram a tal promoção. Pois um dos ingredientes da nova fórmula, nas palavras de dois dos mais conhecidos ideólogos deste urbanismo – ou seja, daquilo que vem sendo chamado de Planejamento Estratégico – é o “consenso público” ou, ainda na mesma linha do eufemismo, a “vontade conjunta”, formando a argamassa dessa construção de cidade de modo a permitir-lhe dar “um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural”².

* Com algumas modificações, texto publicado na revista Block, nº5, da Universidad Torquato di Tella, Buenos Aires, dezembro de 2000, sob o título de “Cultura y coaliciones de poder y dinero en las nuevas gestiones urbanas”, que por sua vez é uma versão resumida do ensaio “Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas”, em Arantes, Vainer, Maricato, *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos*, Petrópolis, Vozes, 2000.

¹ Cf. *Vendo Cidades*, em *Veredas* nº36, Rio de Janeiro, dez.1998, pp.21-23.

² Borja e Castells, *Local y Global*, Madri, Taurus, 1997.

Governantes, burocratas e urbanistas parecem convergir numa espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um plano capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização, e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada.

Se nos reportarmos à cidade-máquina moderna, a mudança de postura dos urbanistas não deixa de ser espantosa: quando um moderno propunha uma cidade segundo o modelo de linha de montagem fordista, tinha em mente antes de tudo a presumida racionalidade construtiva de tal processo e ficaria sinceramente chocado, como de fato ficaram (visto acreditarem que se tratava de um desvio de rota), se lhes fosse exposta a dura verdade de sua funcionalidade sistêmica por assim dizer de nascença. Hoje, o que poderia ter sido motivo de escândalo – a revelação da mercadorização integral de um valor de uso civilizatório como a cidade – tornou-se razão legitimadora ostensivamente invocada. Atualmente, o urbanismo não vem mais para corrigir, mas para incrementar a proliferação urbana, para otimizar a competitividade das cidades, todo o vocabulário aliás é nitidamente empresarial. Trocamos a máquina de morar moderna pela máquina de crescimento atual, e não sou eu que o digo, como veremos logo a seguir.

*

Recuando no tempo, gostaria de recapitular as grandes intervenções urbanas que estão na origem desse processo: nada mais nada menos do que as cidades-empresas americanas que surgiram nos anos 70, na classificação de Peter Hall em *Cidades do Amanhã*, publicado em 88. Aliás, a naturalidade com que alguns teóricos ou urbanistas encaram o arrastão empresarial provocado pelo triunfo incontestável do mercado, faz com que o fenômeno de que estamos tratando, transpareça, sem disfarces. É o caso de Peter Hall, cuja percepção desabusada nos interessa em mais de um ponto. Ele dá a entender que a cidade-empreendimento teria nascido das cinzas do consenso keynesiano, por uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos:

“Houve um momento [diz ele] na década de 70, em que [o planejamento urbano] começou a plantar bananeira e a virar do avesso (...) O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou alto e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor (*manager*); o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo”³.

Sendo o autor insuspeito de maiores simpatias à esquerda, não se poderia dizer melhor.

Não cabe aqui recapitular em detalhe os fatos que marcaram, nos 70, a grande reversão dos 30 anos de expansão do pós-guerra, sem os quais, a falência da economia urbana e o colapso subsequente das cidades continuariam incompreensíveis. Qualquer que seja no entanto o esquema explicativo do longo descenso da economia mundial, o fato é que com o fim da Era do Crescimento, o planejamento urbano, destinado por

³ *Cidades do Amanhã*, São Paulo, Perspectiva, 1995, p.407.

definição a discipliná-lo, simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra da racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensiva liberal-conservadora, politicamente vitoriosa a partir de 79/80. Faltava no entanto a fórmula salvadora que desse corpo a tamanha obsessão com o crescimento, justificado obviamente pela crença economicista no efeito *trickle down* da expansão da atividade.

Para variar, a receita veio dos Estados Unidos. E, com ela, outra palavra isca, a famigerada “revitalização urbana”, bem como seus derivados não menos famigerados: a “parceria” entre setor público e iniciativa privada, encarregada por sua vez de “alavancar” (outro neologismo ianque – *to leverage*) investimentos privados com fundos públicos (sempre segundo a descrição de Peter Hall). Lembra o autor que o agente-chave, o catalisador de tal reviravolta, foi o empresário de Baltimore, James Rouse. A “rousificação” da América pode ser avaliada pela multiplicação das réplicas de “requalificações” (ainda uma palavra mágica da época) do Inner Harbor de Baltimore e dos esquemas equivalentes: do Boston Waterfront, e do Quincy Market, também em Boston, por exemplo, ao Fisherman’s Wharf de São Francisco e por aí afora. Na avaliação – esta, evidentemente crítica – de David Harvey: fenômenos indissociáveis da condição pós-moderna⁴. O roteiro que adota este último é no fundo o da periodização do “espetáculo urbano”: a substituição pós-moderna do espetáculo como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo como forma de controle social.

Senão, vejamos. Nos anos 60, a cena das cidades americanas fora invadida por manifestações pelos direitos civis, demonstrações contra a guerra no sudeste asiático e motins de toda espécie, sobretudo nos bairros negros, sendo que boa parte do descontentamento urbano, é bom não esquecer, girava em torno dos projetos “modernos” de habitação e renovação dos equipamentos funcionais típicos, agora ameaçados por distúrbios que estavam se tornando endêmicos. Foi quando, no início dos anos 70, toda essa movimentação acabou sendo “capturada por forças bem diferentes e empregada para fins bem distintos”. Baltimore tornou-se então um instrutivo resumo desta evolução do espetáculo urbano. Este é o ponto para o qual gostaria de chamar a atenção: a espetacularização bem conhecida de Harbor Place, para não falar nos eventos bem característicos da Feira de Baltimore, considerada pelos interessados um notável sucesso, acabou concentrando o juízo na dimensão mais desfrutável da nova receita – “a arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição, de efemeridade e *jouissance*”, etc. Não sem razão, é claro, não só pela estetização bastarda mas pelo impacto nulo sobre a pobreza e demais déficits sociais. Deixando contudo escapar o teor da iniciativa, que é preciso lembrar, como aliás o faz Harvey, de forma breve porém precisa: neutralizar, entre outras coisas, os efeitos do assassinato de Martin Luther King em 1968, que ameaçavam a viabilidade dos investimentos – o que levou os líderes locais a procurarem um símbolo em torno do qual construir uma ideia de “cidade como comunidade” em oposição ao de cidade sitiada, como o cidadão comum encarava o centro da cidade e seus espaços públicos. Assim surgiu a Baltimore City Fair como forma de promover o redensolvimento urbano, celebrando a “vizinhança” e a diversidade étnica da cidade; o passo seguinte resultou na “comercialização institucionalizada de um espetáculo mais ou menos permanente na construção de Harbor Place”, lembrando que os próprios grupos étnicos começaram a lucrar com “a venda da etnicidade”, na falta de mercado para sua força de trabalho. Até aqui – para retomar nosso roteiro –, Harvey e o mapa geral da condição pós-moderna, igualmente realçada por Peter Hall, porém acrescida da observação de que tal criação

⁴ David Harvey, *Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Loyola, 1992, pp.88-92. Original inglês de 1989.

deliberada de um palco cujo protótipo havia sido a “rousificação” de Boston e Baltimore, no limite, a compreensão da intervenção urbana como um processo de produção de locais de sucesso, era o registro e caução espetacular de que – nas palavras do autor – “uma nova e radical elite financeira tomava efetivamente posse da cidade, liderando uma coalizão pró-crescimento que habilmente manipulou o apoio público e combinou fundos federais e privados para promover uma urbanização comercial em grande escala”⁵.

Em duas palavras, a ideia de cidade como *growth machine* (aqui utilizo uma expressão posta em circulação nos Estados Unidos, por Molotch, em 76, da qual a cidade-empresa de Hall é apenas uma variante)⁶ pode ser assim resumida: coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A *fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesmo de toda localização – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo, e assim por diante. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros, etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais.

Com a retomada da hegemonia americana, vulgarmente conhecida como “globalização”, o modelo “máquina de crescimento” generalizou-se sob pretexto de responder às mesmas pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, na verdade atendendo aos imperativos (políticos) da cultura anglo-saxônica dos negócios⁷, a ponto de converter num dado natural a convicção de que as cidades devem ser geridas não “like business”, mas antes “for business” (ainda segundo Molotch). Ou por outra, tudo se passa como se a transnacionalização produtiva e financeira, ao contrário do que se poderia prever, em função do acentuado localismo das máquinas urbanas de crescimento, acabasse conferindo – justamente devido ao redirecionamento dos Estados Nacionais, cada vez mais socialmente esvaziados e deslegitimados, no rumo de uma simbiose ainda mais estreita com o mundo dos negócios a serem publicamente (e acintosamente) “alavancados” – uma segunda juventude cosmopolita às paroquiais coalizões urbanas pró-crescimento.

Enfim, não se trata de constatar a colonização da animação cultural (que aliás já nasceu colonizada, como o próprio nome indica) pela cidade como máquina de crescimento, mas sobretudo a operação inversa: o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita. Embora não seja exatamente a Cultura o foco das análises de Molotch, mas o conjunto de condições para por em movimento a máquina urbana de “aumentar rendas agregadas”, lá estão indicados como ingredientes indispensáveis aos bons negócios – quem diria, com tanta antecendência? –: o “orgulho

⁵ Peter Hall, *op.cit.*, p.413.

⁶ “A Cidade como Máquina de Crescimento”, publicado pela primeira vez em 1976 no *American Journal of Sociology*. Tanto mais que, um ano antes de seu livro sobre *As cidades do amanhã*, aquela comunicação de Molotch havia sido retomada por extenso num livro em co-autoria John Logan, *Urban Fortunes – The political economy of place*, University California Press, 1987; ver também Jonas e Wilson (orgs.), *The Urban Growth Machine, Critical Perspectives Two Decades Later*, NY, State University of New York Press, 1999.

⁷ Cf. John Gray, *Falso Amanhecer – os equívocos do capitalismo global*, São Paulo, Record, 1999.

cívico” dos habitantes do lugar e o “patriotismo de massas” (retomados, literalmente, no receituário apresentado como “Planejamento Estratégico” no Habitat II, por Borja e Castells)⁸ – a diferença é que onde os teóricos (apologistas ou críticos) da cidade-empresa viam uma convergência rentável, os “estrategistas catalães pretendem que seja uma “articulação” concertada..., e portanto capaz de induzir uma nova onda de civilidade... de ambiguidade a mal-entendido entre política real e epiderme cultural.

*

Na verdade, a máquina urbana de crescimento nada mais é do que uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos “lugares” da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers*. Nestas circunstâncias não é de estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chaves desta máquina, reunindo num só personagem o *manager* (o planejador-empresário identificado por Peter Hall) e o “intermediário cultural” (Bourdieu foi o primeiro a assinalar a existência deste personagem) – fração de classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, cuja trajetória ascendente é reveladora do atual culturalismo de mercado. Intermediário e empresário cultural, ao mesmo tempo que um dos principais agentes da *gentrification* – cujo caráter de classe o original inglês (*gentry*) deixa tão vexatoriamente a descoberto. Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrendo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades.

O que estou querendo sugerir é que o planejamento dito estratégico pode não ser mais do que um outro eufemismo para *gentrification*, sem no entanto afirmar que sejam exatamente a mesma coisa – quem sabe a sua apoteose: uma cidade estrategicamente planejada de A a Z nada mais seria, enfim, do que uma cidade inteiramente gentrificada –, abrirei um parêntese (com alguns exemplos) a respeito deste tópico, que se tornou um dos pontos de honra da diluição culturalista da espoliação urbana, pois afinal o que importa nisto tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural.

O mais conhecido e reprisado modelo desta associação hegemônica entre especuladores, políticos e *urban imagineers* não por acaso encontra-se em Nova York, no processo de gentrificação do SoHo, inicialmente através do incentivo à reciclagem dos *lofts* pela comunidade local de artistas – essa a novidade na articulação de capital e cultura na remodelagem da cidade, realçada pelo estudo pioneiro de Sharon Zukin⁹. Para variar – ou melhor, pela primeira vez de modo exemplar, a partir dos anos 70 –, reabilitava-se a área sinistrada por uma operação “concertada” (como dirão os ideólogos catalães) de requalificação dos espaços desativados das velhas manufaturas, convertidos em galerias ou mesmo residências de artistas, boutiques, restaurantes ditos sofisticados, etc., e consequente migração forçada dos antigos moradores e reconversão dos raros proprietários remanescentes, travestidos de intermediários de altos negócios imobiliários. Novos padrões de gosto e consumo difundiam a sensação reconfortante de que uma vida de artista, desta vez reconciliada com a sociedade, podia ser o apanágio de uma nova

⁸ *Op.cit.*, cap.5.

⁹ *Loft Living*, Brunswick, Rutgers University Press, 1989 (a primeira edição é de 1982). David Harvey deu-lhe os devidos créditos ao prefaciá-la edição britânica de 1988. Ver ainda do mesmo Harvey outro comentário a respeito em *Condição Pós-Moderna*, ed.cit., p.82.

vanguarda da burguesia – é claro que o conjunto movido a transgressões sistemáticas da legislação com a mal disfarçada aquiescência da administração local.

Aí o embrião de uma mudança emblemática: à medida que a cultura passava a ser o principal negócio das cidades em vias de gentrificação, ficava cada vez mais evidente para os agentes envolvidos na operação que era ela, a cultura, um dos mais poderosos meios de controle urbano no atual momento de reestruturação da dominação mundial. Mais ou menos nos seguintes termos, como se pode ler num estudo posterior de Zukin acerca das estratégias culturais de redesenvolvimento urbano, cujo miolo novamente reside na propagação da imagem de um centro de inovação, qualquer que ela seja, dos serviços financeiros à segurança máxima dos públicos solventes¹⁰ : é preciso distinguir acima do alicerce formado pelos fatores econômicos clássicos sobre os quais se edifica uma cidade – terra, trabalho e capital – pelo menos mais três camadas de trocas desiguais, e, no caso, “simbólicas”. A primeira delas consiste na manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação (*entitlement*): o “visual” de uma cidade, bem como a maneira pela qual ela se deixa por assim dizer manusear, seu aspecto “tátil”, podemos acrescentar, refletem decisões sobre o quê, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder, da qual o desenho arquitetônico é um dos instrumentos mais aparatosos. Na segunda camada, deparamos de novo, não por acaso, com a máquina de Molotch: é que a economia simbólica da cidade também é comandada pela habilidade dos “*place entrepreneurs*” (aos quais foram se juntar hoje os últimos ideólogos do “lugar”) em lidar com os símbolos do crescimento, e sua promessa de empregos e negócios. Por último, o setor mais tradicional, atualmente reativado no ritmo do capitalismo turbinado americano, a aliança entre os círculos de negócios e os “advogados da cidade” – quer dizer, a cobertura do multicolorido edifício do Terceiro Setor –, a qual, por uma combinação eficiente de mecenato e orgulho cívico, cimentado pelo desejo de se apresentar como um novo patriciado, se encarregará de fazer com que se multipliquem museus bombásticos, parques idem e complexos arquitetônicos que assegurem a quem de direito que se está entrando numa “*world-class-city*”. Pois é esta *simbiose de imagem e produto*¹¹, que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela atual geração de urbanistas.

Não seria o caso agora de repertoriar os inúmeros exemplos novaiorquinos de gentrificação estratégica, se é que se pode falar assim, embora seja disso que se trata. O princípio da máquina cultural de crescimento não varia muito, como se poderia verificar noutra requalificação famosa, a de Battery Park, com o roteiro de sempre: concebido em meados dos anos 60 como uma nova área de habitação em Manhattan, destinada em princípio a várias camadas sociais, foi aos poucos se transformando num vasto projeto de gentrificação impulsionado por uma sucessão de crises (algumas forjadas) e medidas governamentais de “socorro”, com o seu habitual cortejo de comércio chic e amenidades culturais, entre as quais um verdadeiro festival de arte pública (ou o que atualmente passa por tal), no qual se consagraria a união entre Arte e Urbanismo, devidamente emoldurada por uma fantasia *kitsch*, segundo a qual o encontro de terra e água que ali se celebrava descendia da mesma nobre estirpe de Veneza, Constantinopla e São Petersburgo¹².

Ainda uma novidade: gentrifica-se o Harlem, com o tombamento de vários de seus prédios, especialmente dos distritos históricos de Hamilton Heighs e Sugar Hill – ou seja, novamente, o óbvio: em nome de uma memória reativada e de uma identidade reconquistada, não cabe perguntar pela sorte dos atuais habitantes que seguramente não

¹⁰ *Cultures of Cities*, Cambridge, Blackwell, 1995, cap.1.

¹¹ Na fórmula de Sharon Zukin, *op.cit.*, p.8.

¹² Cf. Rosalyn Deutsche, *Evictions*, Cambridge, MIT, 1996, pp.79-93.

poderão arcar com os custos de aluguel, quando apartamentos de sala e quarto passam a custar US\$ 2.000 ao mês.

Com esses poucos exemplos, porém exemplares, seria o caso agora de completar o raciocínio, observando algo aparentemente trivial, mas que na verdade faz tempo deixou de ser, o fato de que áreas gentrificadas são áreas altamente vigiadas, e segundo a gramática estetizante mencionada há pouco a propósito das “habilitações” bloqueadas – da moradia à simples permanência num parque requalificado. Este último é o módulo mais simples do mecanismo de subordinação de um espaço público ao controle privado, para variar na forma de alguma ONG criada *ad hoc* pela coalizão local de reabilitadores urbanos: redesenha-se o local; programa-se eventos culturais; abre-se um café ou coisa que o valha igualmente chic, completando-se o serviço com uma pequena horda de seguranças. E por aí se vai, a cada unidade mais complexa de intervenção, até se alcançar quem sabe toda a cidade que importa, seu enclave propriamente global. Chegamos enfim ao que já foi chamado de “estetização do medo”¹³ e que vem a ser a mola secreta do súbito interesse manifestado pelas elites globais pelo espaço público, sobre o qual se puseram sintomaticamente a tagarelar: não há mecenas que se preze que não patrocine alguma área pública, com o zelo ancestral demandado por essa nova onda de *enclosures*, como nos tempos da acumulação primitiva.

A esta altura é bom não perder de vista a origem militar da palavra estratégia, que da esfera semântica da guerra econômica foi transplantada, com involuntária precisão, para um urbanismo que pelo menos confessa precisar de adversários, aliás facilmente identificáveis. Assim sendo, penso ser o caso de incluir na “cidade revanchista”, descrita por Neil Smith¹⁴, a gentrificação estratégica de que estamos falando. A designação não deve surpreender numa era de revanche do Capital em todas as frentes – cuja magnitude pode se explicar pelo Grande Medo que se seguiu à explosão dos anos 60/70. Na arena propriamente urbana, revanche contra trabalhadores precarizados, imigrantes, sem-teto, etc., enfim, todo tipo de classe perigosa que possa ameaçar o sono dos vencedores de ontem. Por cidade revanchista Neil Smith entende mais especificamente a retomada agressiva das gentrificações depois das grandes falências do fim dos anos 80, mas sobretudo como reação à deterioração urbana provocada pela primeira onda de desregulações e cortes nos programas sociais. Não é difícil perceber, todavia, que o revanchismo que anima sem disfarce as gentrificações estratégicas é expressão de uma escalada mais extensa e profunda na guerra social contemporânea, cristalizada, entre outras patologias da atual hegemonia global, numa espécie de *novo senso comum penal* – criminalização da pobreza e normalização do trabalho precário –, cuja manifestação urbana também pode ser identificada numa sorte de princípio da inviolabilidade do espaço público, por isso mesmo submetido a uma estrita vigilância privada¹⁵. Uma “nova doxa punitiva” alimenta a progressiva substituição do Estado Social pelo Estado Penal (0,5% da população americana masculina, adulta, está sob vigilância penal, e dela, 80% são negros) – por sua vez monitorada pelo complexo indústria-carceral, um outro ramo muito próspero no capítulo das privatizações –, tanto quanto a estetização cultural do medo induzida pela atual fase de gentrificação. Ora, outra ironia, desta vez semântica, mas em sintonia com os esvaziamentos que estamos acompanhando, consiste em batizar com o nome de *civilidade* – nada mais enfaticamente cultural – essa maré punitiva que saúda cada lance de aprofundamento do novo Estado Penal como um gesto de audácia cívica contra o amolecimento da vontade política dos governantes. Não há dispositivo de segurança que não passe então a representar alguma força civilizatória. Como a

¹³ Pela mesma Sharon Zukin, no livro citado há pouco.

¹⁴ *The New Urban Frontier*, Londres, Routledge, 1996.

¹⁵ Cf. Loïc Wacquant, “Ce vent punitif qui vient d’Amérique”, em *Le Monde Diplomatique*, abril, 1999.

“tolerância zero” do ex-prefeito Giuliani, para dar o exemplo mais corrente: assim, segundo o conhecido administrador de Nova York, “numa cidade civilizada, as ruas não são lugar para dormir, as pessoas devem usar quartos”.

Não surpreende que nessas circunstâncias o jargão da civilidade tenha impregnado a montagem das novas estratégias urbanas, afinal ambos têm a mesma origem no *management* empresarial. E pelo padrão Giuliani de civilidade podemos imaginar o que se passa hoje no interior de uma empresa-cidadã. E, por extensão, nos espaços gentrificados de uma cidade-empresa-cultural, que deveria então ser redescrita por um outro ângulo: não só como cidade-negócio, mas igualmente como uma cidade “polida” em todas as suas engrenagens – de uma vendedora de boutique a um transeunte benévolo como se vivesse numa ONG de asfalto – como uma só empresa regida por um *script* único de atendimento ao cliente, como em qualquer lanchonete de *fast-food*. Nas cidades globais certamente causa a melhor das impressões, razão a mais para se replicar o modelo nos enclaves da periferia...

*

Por essas e outras considerações, quando se fala hoje em dia, a torto e a direito, em “fazer cidade”, tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato “faz a cidade”? A resposta, ao menos a partir dos anos 90, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro. Por isso, a mesma paisagem por toda a parte, ou melhor, sem contar os simulacros na periferia, as mesmas *landscapes of power* descritas por Sharon Zukin em cidades globais como Nova York e Londres¹⁶: não há nada de surpreendente nisto, pois o redesenvolvimento das áreas centrais nas duas cidades não por acaso caíram nas mãos das mesmas instituições financeiras, das mesmas megaincorporadoras, dos mesmos escritórios do *star system*, que por seu turno preparam o terreno por encomenda das matrizes multinacionais de sempre. E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluente dos altos serviços a que todos aspiram.

Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que está nos interessando demarcar, quanto à esta última guinada urbanística: um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência anti-produtivista cuja gênese remontaria aos movimentos dos anos 60. Nada a ver portanto com o que se entendia por cultura no ciclo histórico anterior, o breve interregno da Era do Crescimento do segundo pós-guerra, para não falar é claro naquela velha esfera autônoma e transcendente da extinta Idade Liberal-burguesa.

Deu-se assim uma metamorfose do “cultural”, cujo pós-materialismo, a princípio *reativo*, foi se tornando *pró-ativo*, para não dizer *cooperativo*, a medida que se estetizava e se concentrava nos valores expressivos de uma ordem social que alegava a seu favor haver destronado o primado das relações de produção em nome das relações de “sedução”, como foi saudada a Era do Vazio que se iniciava. Se estou certa, nem foi preciso esperar pelas grandes desregulações do período seguinte, a começar pela

¹⁶ *Landscapes of power. From Detroit to Disney World*, University of California Press, 1991.

flexibilização da rigidez fordista, para apressar a mutação indolor do libertário-cultural, empenhado na recuperação da riqueza simbólica das formas urbanas (na formulação de Léon Krier), no embrião dos futuros semeadores de iscas culturais para o capital – para os quais a monotonia funcional do Modernismo com certeza criara uma forte demanda reprimida.

Na verdade, se tudo parece ter começado nos Estados Unidos, ao atravessar o Atlântico, a máquina de crescimento foi azeitada, especialmente no que diz respeito à ênfase superlativa na Cultura e à convergência glamourosa entre *high culture* e *big business*. Desta junção nascia o mito bifronte da cidade-colagem-grande-projeto, e da qual a Paris de Mitterand será o exemplo máximo e seguramente o ponto de inflexão. Estava tudo lá, naquelas providências de regulação flexível do urbano, da ampliação da indústria cultural que incorporava a cultura dos museus e suas adjacências *highbrow* ao capitalismo de imagens, da nobilitação arquitetônica do mundo dos negócios à correspondente mitologia urbanizadora do terciário avançado, sem a qual não se pode aspirar ao *status* de cidade global¹⁷.

Depois de Paris, passando por Barcelona até a nova capital da Alemanha unificada, um sem número de cidades não farão senão aplicar a fórmula da cidade-empresa-cultural. Numa composição por assim dizer do modelo liberal-americano e social-progressista europeu. Para encurtar: deu-se o que estamos vendo, algo como um *pensamento único* – em que se casam o interesse econômico da cultura e as alegações culturais do comando econômico – que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial, e por isso mesmo compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores de turno.

¹⁷ Sobre isto, ver meu ensaio “Os dois lados da Arquitetura Francesa pós-Beaubourg”, em *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*, São Paulo, EDUSP, 1993/95/2000.